

Contribuições Geotecnológicas do IBGE para Análises das Dinâmicas Populacionais Indígenas no Mato Grosso do Sul

Natalia Aude Leite de Araújo Silva ¹

Laura Ramalho de Oliveira ¹

Edson Pereira de Souza ¹

Elaine Silvia da Cruz ¹

Icleia Albuquerque de Vargas ¹

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

79070-900 – Campo Grande - MS, Brasil

{nataliaaude8, laurinharxdxox}@gmail.com

{edson.souza1984, elaines.cruzvieira, icleivargas12}@gmail.com

Resumo. A população indígena habita o Brasil desde muito antes da chegada de espanhóis e portugueses. Mato Grosso do Sul possui o segundo maior quantitativo de população indígena do país, estando atrás apenas do Amazonas, dessa forma, torna-se significativo o estudo das dinâmicas populacionais indígenas no estado a partir do uso de geotecnologias. Para isso, definiu-se o problema de investigação em compreender qual a importância do uso das estratégias geotecnológicas do IBGE nas dinâmicas populacionais indígenas no Mato Grosso do Sul. A partir deste, definiu-se o objetivo geral de compreender a relevância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o mapeamento da população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Metodologicamente, informa-se que se tratou de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, onde, buscaram-se dados, por meio de mapas estatísticos em sites como IBGE e FUNAI, artigos científicos, permitindo o embasamento teórico para a realização de entrevista semi-estruturada, além de outras fontes de dados. Assim sendo, percebeu-se que o IBGE tem relevância para pesquisas e estudos sobre a produção e compilação de dados sobre as populações indígenas do Estado, tornando-se o IBGE um provedor de dados e informações sobre esses povos. É por meio do IBGE que se sabe que em Mato Grosso do Sul estão presentes 56% da população indígena da região Centro-Oeste, e assim fomenta a necessidade de políticas públicas e pesquisas voltadas para essas populações.

Palavras-chave: Dinâmicas Populacionais, IBGE, Geotecnologias, Mato Grosso do Sul, População Indígena e Políticas Públicas.

Abstract. The indigenous population inhabited Brazil long before the arrival of Spaniards and Portuguese. Mato Grosso do Sul has the second largest amount of indigenous population in the country, behind only Amazonas, in this way, it becomes significant the study of the population dynamics indigenous in the state from the use of geotechnologies. For this, the research problem was defined in understanding the importance of the use of IBGE geotechnology strategies in the indigenous population dynamics in Mato Grosso do Sul. From this, the general objective of understanding the relevance of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) on the mapping of the indigenous population in the State of Mato Grosso do Sul was defined. Methodologically, it was informed that a qualitative research, of exploratory nature, was carried out, where, through statistical maps on sites such as IBGE and FUNAI, scientific articles were searched, allowing the theoretical basis for a semi-structured, as well as other data sources. Therefore, it was realized that the IBGE has relevance to research and studies on the production and compilation of data on the indigenous populations of the State, making IBGE a provider of data and information about these peoples. It is through the IBGE that 56% of the indigenous population of the Central-West region is known in Mato Grosso do Sul, and thus fosters the need for public policies and research aimed at these populations.

Keywords: Population Dynamics, IBGE, Geotechnologies, Mato Grosso do Sul, Indigenous Population and Public Policies.

1. Introdução

A população indígena brasileira, desde o período da colonização, sofre com a diminuição de seu contingente populacional, o que tornava difícil avaliar o número de índios escravizados e desgarrados de suas tribos, sendo assim, reportou-se a Ribeiro (1995, p.102) que disse:

Se contará, certamente, por milhões quando a avaliação for feita de forma criteriosa. Isso é o que indicam as poucas aproximações com que contamos, como a de Simonsen, que avalia em 300 mil os índios capturados e escravizados pelos bandeirantes paulistas, uma terça parte deles destinados ao tráfico, exportado para outras províncias (RIBEIRO, 1995, p.102).

Dessa forma, evidencia-se, a necessidade de estudos sobre populações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, o IBGE, responsável pelos levantamentos demográficos, pesquisas estatísticas sobre os mais variados temas (de meio ambiente à economia), manutenção de indicadores sobre o Brasil, e informações geográficas com o uso de geotecnologias, realiza o Censo para que haja a contagem das populações e outras informações. Desse modo, sobre a população indígena no Brasil, Pagliaro (2005, p.11) disse:

Quanto à população total dos povos indígenas no país, a depender da fonte, soma entre 350 e 715 mil pessoas, mas não ultrapassando 0,5% da população nacional. Como é bem conhecida, a dinâmica demográfica de uma dada população resulta da confluência de uma multiplicidade de fatores históricos, antropológicos, sociais e econômicos (PAGLIARO *et al.*, 2005, p.11).

Em 1991, quando realizados os primeiros levantamentos das populações indígenas, foram recenseados somente índios moradores de missões religiosas, postos indígenas da FUNAI ou áreas urbanas, ignorando um grande contingente de indígenas que habitavam áreas onde o órgão não mantinha, até aquele ano, postos instalados (AZEVEDO, 1994).

Nove anos após a primeira contagem dos povos indígenas habitantes do território nacional, foi realizado o Censo 2000, que além de, estender-se a todas as Terras Indígenas do país, bem como às demais áreas rurais e urbanas, revelou um crescimento dessa população muito acima do esperado, passando de 294 mil para 734 mil pessoas. Esse fato não pode ser entendido apenas como um efeito demográfico, ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração, mas como um aumento na quantidade de pessoas que se declararam indígenas, fato ocorrido nas áreas urbanas principalmente.

Como os Censos de 1991 e 2000 não investigaram informações como a língua falada ou as etnias, por uma demanda, sobretudo, social, o Censo 2010 avançou, embutindo em sua pesquisa dados como filiação étnica e linguística, para aqueles que se declararam indígenas. Em decorrência, os resultados do Censo 2010 proporcionaram uma possibilidade maior de informações acerca das pessoas que se declararam indígenas, apesar de ainda se manter a dificuldade de acesso a algumas áreas indígenas.

Por suas culturas e costumes, ou mesmo por precaução, muitas vezes os recenseadores são impedidos de acessar os territórios indígenas, dificultando a coleta das informações com exatidão, visto que essas podem ser passadas pelo representante da comunidade (cacique da aldeia). Todavia, tem havido incentivos para que membros da aldeia se tornem recenseadores, e dessa forma possam coletar dados sobre seu povo. Entretanto, torna-se necessário, como Penna (1984, *apud* PAGLIARO, 2005, p. 11-12) afirmou que:

O conhecimento do contingente, estrutura e dinâmica populacional dos diversos povos indígenas no Brasil fornecerá, a curto prazo, base [de informações] para projetos econômicos, educacionais e de assistência médica, além de, por meio de projeções, prever problemas futuros, viabilizando a adoção de medidas preventivas. Para tanto, surge a necessidade da existência de censos populacionais indígenas regulares e um sistema de registro atualizados. ...[sabe-se] que a carência de estatísticas de populações indígenas é preocupante. Os dados existentes, geralmente, não vão além de simples contagens de indivíduos; portanto, maiores inferências quanto às dinâmicas destas populações. Exceto alguns trabalhos de pesquisadores (...) inexistem qualquer tentativa de medir níveis de fecundidade, mortalidade, movimentos migratórios etc. (...) (PENNA, 1984, *apud* PAGLIARO, 2005, p. 11-12).

“A distribuição espacial da população indígena é o resultado, assim, não só do processo histórico de ocupação socioeconômica do Brasil, como da tendência à crescente afirmação da identidade cultural e territorial dessa população ao longo do tempo” (IBGE, 2010). Dessa forma, a população autodeclarada indígena, da participação relativa no total da população do estado, comprova que em Mato Grosso do Sul no total a população indígena do estado é de 3,0%, e em comparação ao país fica atrás apenas de Roraima (11,0%) e do Amazonas (4,8%).

O IBGE conta com a parceria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI para sintetizar materiais acerca da heterogeneidade dos povos indígenas, sendo uma ferramenta técnica para levantamento de dados sobre a população e com esses dados a geração de mapas, tabelas, cartogramas, entre outras fontes de informação.

A FUNAI é o órgão público responsável pela defesa e proteção indígena. Criada em 1967, pela Lei nº 5.371, é a fundação encarregada por proporcionar educação básica, defender a comunidade, promover pesquisas acerca da demarcação e delimitação das terras indígenas, além de diversos outros fatores, como a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, para que haja a conservação, recuperação e diminuição de impactos ambientais (externos e internos) às terras indígenas.

Ao fundamentar-se na Constituição Federal Brasileira de 1988, o artigo 231 defende os direitos dos povos indígenas de manterem seus costumes, tradições, línguas, crenças, organização social e direitos originários à terra. Neste contexto, obtém-se um novo marco constitucional que impõe ao Estado o dever de demarcar e proteger as terras, ao considerar o espaço necessário para a preservação do modo de vida indígena tradicional.

No entanto, as terras indígenas dão suporte e mantêm o modo de vida dos povos indígenas que vivem nessas áreas existentes hoje no Brasil. Atualmente existem 462 terras indígenas regularizadas, em posse da União, representando 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas existentes no país.

É justamente nessas regiões em que se verifica atualmente a maior ocorrência de conflitos fundiários e disputas pela terra, impondo ao Estado brasileiro o desafio de promover as demarcações das terras indígenas, sem desconsiderar as especificidades do processo de colonização, ocupação e titulação nessas regiões, contribuindo para o ordenamento territorial e a redução de conflitos.

Sendo assim, informa-se que existem quatro principais modalidades de terras indígenas¹: a) Terra Indígena Tradicionalmente ocupada é tratada no Art. 231 da Constituição Federal, como direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96; b) Reservas Indígenas, terras desapropriadas pela União, doadas por terceiros ou adquiridas, que se destinam à posse permanente da população indígena; c) Terras Dominais, terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil; e, d) Terras Interditadas, que são interditadas pela FUNAI, para a proteção dos povos e grupos indígenas isolados, em que a entrada e trânsito de terceiros na área é restrita (IBGE, 2018).

No entanto, percebe-se a importância no uso de geotecnologia, a partir de suas técnicas e ferramentas para substanciar o processo de delimitação das terras indígenas pelo IBGE, e assim ter a possibilidade de acesso às informações, o que contribui para que o recenseamento ocorra com alta acurácia e, assim oportunizar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às áreas e povos indígenas, que de fato necessitam.

Ademais, essas políticas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que se propõem a garantir determinados direitos de cidadania, de forma difusa ou para estabelecido segmento social, cultural, **étnico** ou econômico, como, por exemplo, a educação, saúde, preservação do meio ambiente, direitos de todo o povo indígena, devidamente assegurado pela Constituição Federal (IBGE, 2018).

No entanto, as políticas públicas são elaboradas por autos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, de forma integrada e lógica, principalmente pela iniciativa dos poderes Executivos e Legislativo, separados ou em conjunto, a partir de solicitações e sugestões da sociedade civil, em seus diversos segmentos, utilizando-se de dados como os do IBGE para a formação de planos para melhoria na qualidade de vida das populações indígenas, que necessitam do apoio do poder público, visto serem um grupo minoritário.

No decorrer do estudo e conforme os procedimentos metodológicos (apresentados a seguir) expõe-se a busca por informações acerca dessa população, visto que os dados de cunho estatístico e qualitativo são recentes, baseados, principalmente, no Censo 2010, realizado pelo IBGE.

2. Objetivo

Diante da contextualização apresentada, definiu-se como problema de investigação a compreensão sobre: Qual a importância do IBGE a partir do uso de geotecnologias na análise e divulgação das informações sobre as dinâmicas populacionais indígenas no Mato Grosso do Sul? A partir deste, estabeleceu-se o objetivo geral de compreender o uso das estratégias geotecnológicas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o mapeamento e estudo da população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul para o desenvolvimento de políticas públicas.

Para a resolução deste objetivo geral, desdobraram-se ações distribuídas na forma de objetivos específicos, quais sejam: a) conhecer a função do IBGE para a realização de pesquisas

¹ Fonte: Extraído e adaptado do site da FUNAI.

sobre a população indígena; b) identificar os processos do IBGE nas análises das dinâmicas populacionais indígenas e; c) analisar sua relevância para o mapeamento desses povos.

3. Material e Métodos

Metodologicamente, informa-se que se tratou de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, em que, primeiramente se buscou dados, por meio de mapas, nas plataformas digitais e em artigos científicos os conceitos-chaves. A proposta inicial se deu por meio da disciplina de Dinâmicas Populacionais no curso de Geografia Bacharelado - FAENG/UFMS, buscando compreender os termos que circundam a pesquisa. Em seguida, realizou-se um levantamento de campo, no qual, buscou-se dados para se compreender os processos realizados pelo IBGE, com a FUNAI, em Campo Grande (MS). E, por meio de uma entrevista não estruturada, qualitativa e de forma que o registro se deu por gravação de voz autorizada, realizada com a supervisora de divulgação do IBGE, unidade de Campo Grande-MS, sendo este, o pólo de referência no estado para o âmbito de pesquisas, foram coletados dados, informações e formas de se utilizar o site do IBGE como fonte de pesquisa.

Com as informações descritas acima, percebeu-se a necessidade de um estudo ainda mais aprofundado, logo houve também uma visita ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em Brasília-DF, de forma que uma das pesquisadoras realizou uma coleta de dados, a partir de uma entrevista semiestruturada com o coordenador substituto geral de planejamento e diretor de planejamento, avaliação e assuntos sociais, em que se abordou a problemática sobre políticas públicas, recursos, dinâmicas dos povos indígenas e o uso das geotecnologias para este mapeamento. Ademais, segundo Prezente (2011, p.2) as “[...]geotecnologias têm a capacidade de unir conceitos da cartografia e da geografia, espacializando diferentes informações em um campo informatizado”. Desse modo foi possível entender e realizar as análises necessárias das informações obtidas e compreender de forma coesa o assunto.

4. Resultados e Discussão

Com isso, os resultados e discussões acerca das contribuições do IBGE para análises das dinâmicas populacionais indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, pelo uso das geotecnologias estão descritos abaixo por meio de gráficos, cartogramas e tabelas, de modo que possam ser observadas as distribuições populacionais e outros fatores acerca do objeto de estudo. Na figura 1, apresentam-se a distribuição da população indígena na região Centro-Oeste do território brasileiro:

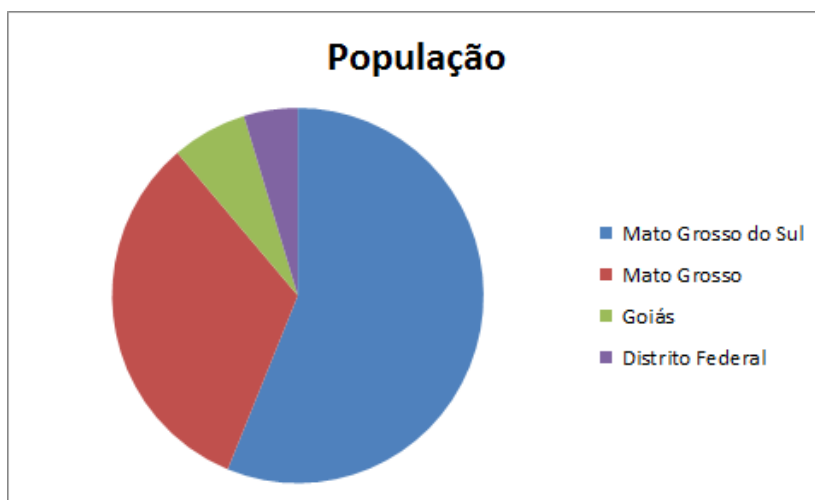


Figura 1 – Distribuição da população indígena no Centro-Oeste brasileiro
Fonte: FUNAI (2010)

Conforme exposto, a população sul-mato-grossense corresponde a 56% dos povos indígenas presentes na região do centro-oeste brasileiro. O estado de Mato Grosso do Sul possui um total de 61.737 indígenas, segundo o Censo Demográfico 2010 do IBGE, um exemplo desse contingente populacional é que apenas uma aldeia, em Dourados, município localizado ao sul do estado, concentra 18% dos indígenas, com uma população de 11.146 habitantes, sendo reflexo de fenômenos políticos, econômicos e geográficos, devido a sua localização próxima à fronteira com o Paraguai, país no qual, estima-se que a maior parte da população seja o resultado da miscigenação entre europeus e indígenas. Da mesma forma, Mato Grosso do Sul também faz fronteira com a Bolívia, país onde mais da metade da população é constituída por indígenas. Na figura 2, a seguir, mostra-se o cartograma¹ da distribuição da população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul.

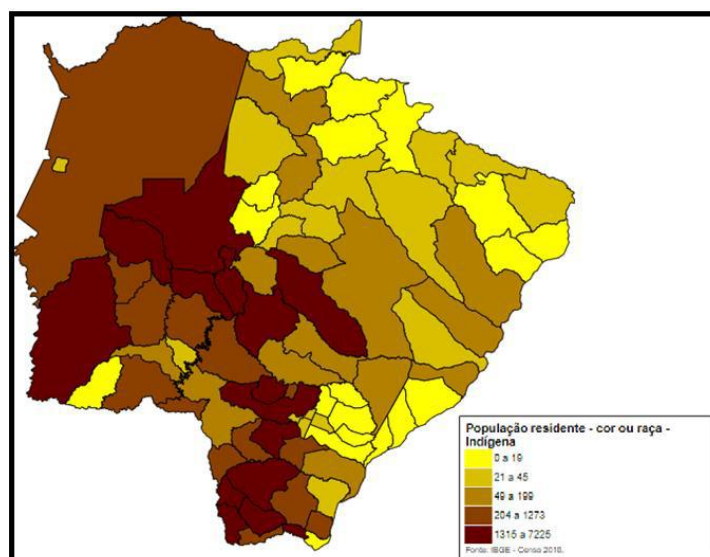


Figura 2 – Distribuição da população indígena no Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Constata-se que a população indígena sul-mato-grossense se concentra nas regiões oeste e sudoeste do estado, próximas aos países de fronteira (Paraguai e Bolívia), além das maiores porcentagens de reservas indígenas que se encontram nessa região. Na Figura 3 abaixo,

observa-se a quantidade de “pré-adolescentes”, na faixa etária de 10 a 14 anos, indígenas do gênero masculino que são alfabetizados por município do estado no Mato Grosso do Sul. E, mostra-se o cartograma¹ da distribuição da população indígena masculina alfabetizada, entre 10 e 14 anos, no Estado de Mato Grosso do Sul.

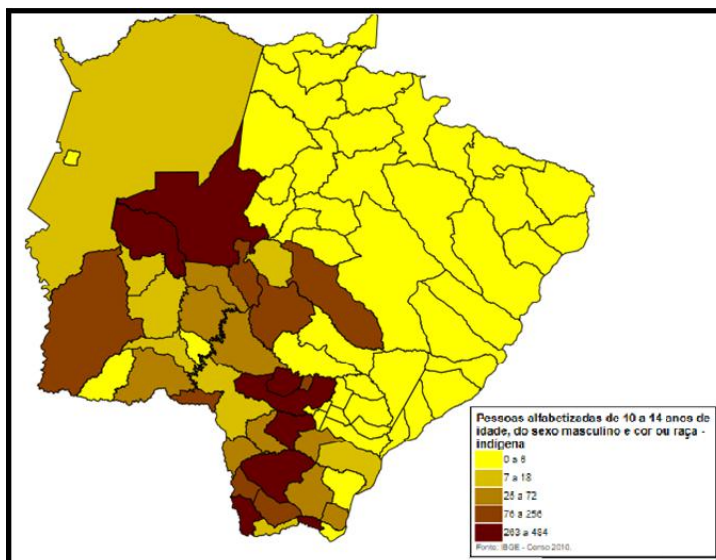


Figura 3 – Distribuição da população indígena masculina alfabetizada entre 10 e 14 anos no Estado de Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Observa-se no cartograma acima a incidência de meninos entre 10 e 14 anos que são alfabetizados. Destaca-se na região centro-oeste do estado o município de Aquidauana, que possui altas taxas de alfabetização da população indígena, além de possuir uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de, aproximadamente, 97,6% para a população em geral.

Na figura 4 a seguir, mostra-se o cartograma da distribuição da população indígena feminina alfabetizada, entre 10 e 14 anos, no Estado de Mato Grosso do Sul. Observa-se a quantidade de “pré-adolescentes”, na faixa etária de 10 a 14 anos, indígenas do gênero feminino, alfabetizados por município do estado do Mato Grosso do Sul.

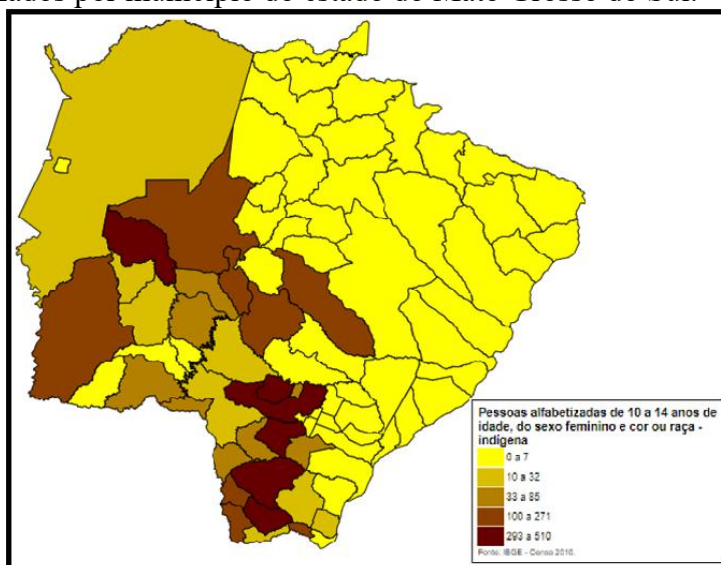


Figura 4: Distribuição da população indígena feminina alfabetizada entre 10 e 14 anos no Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Constata-se que as taxas de alfabetização de pessoas indígenas do gênero feminino, na faixa etária de 10 a 14 anos, são menores nos municípios em destaque (Miranda e Aquidauana). Desse modo, observa-se no município de Aquidauana, por exemplo, que enquanto as taxas de alfabetização nessa faixa etária (10 a 14 anos) do gênero masculino variam entre 263 a 484 pessoas alfabetizadas, no gênero feminino variam entre 100 a 271 pessoas alfabetizadas. O que revela a necessidade de estudos que analisem os motivos que ocasionam evasão escolar de pessoas do gênero feminino, para que as políticas públicas possam agir frente às adversidades que ocasionam baixas taxas de alfabetização.

Na tabela 1, a seguir, constata-se os municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio em Mato Grosso do Sul.

Tabela 1: Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul – população Absoluta – 2010.

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul – população Absoluta – 2010						
	TOTAL		URBANO		RURAL	
	Município	POP	Município	POP	Município	POP
1	Amambai	7.225	Campo Grande	5.657	Amambai	7.158
2	Dourados	6.830	Aquidauana	1.405	Dourados	6.142
3	Miranda	6.475	Anastácio	1.249	Miranda	6.140
4	Campo Grande	5.898	Sidrolândia	1.203	Itaporã	5.059
5	Aquidauana	5.714	Dourados	688	Paranhos	4.378
6	Itaporã	5.095	Antônio João	576	Aquidauana	4.309
7	Paranhos	4.404	Miranda	335	Caarapó	4.277
8	Caarapó	4.370	Nioaque	230	Japorã	3.816
9	Japorã	3.822	Bonito	207	Tacuru	3.611
10	Tacuru	3.637	Bodoquena	198	Coronel Sapucaia	2.572

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010 – adaptado pelos autores.

Em Mato Grosso do Sul, a população total dos municípios na contagem populacional feita no Censo Demográfico de 2010, mostrou que o município de Amambai aparece com maior quantitativo de habitantes indígenas do estado, totalizado em 7.225 mil, seguido por Dourados com um total de 6.830 mil indígenas. Já, quando detalhada a quantidade da população indígena em área urbana, o município de Campo Grande possui a maior quantitativo de populações indígenas, totalizando 5.657 mil habitantes, entretanto a área rural do município de Amambai tem o maior quantitativo de populações indígenas, no total são 7.158 mil habitantes.

Na tabela 2 a seguir, constata-se os municípios com as maiores proporções de populações indígenas do País, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul;

Tabela 2 – Municípios com as maiores proporções de populações indígenas do País, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul – Percentual da população – 2010.

Municípios com as maiores proporções de populações indígenas do País, por situação do domicílio Mato Grosso do Sul – Percentual da população – 2010						
	TOTAL		URBANO		RURAL	
	Município	%	Município	%	Município	%
1	Japorã	49.4	Antônio João	8.4	Paranhos	71.9
2	Paranhos	35.7	Anastácio	6.3	Itaporã	66.8
3	Tacuru	35.6	Sidrolândia	4.3	Coronel Sapucaia	66.7
4	Miranda	25.3	Aquidauana	3.9	Miranda	61.2
5	Itaporã	24.4	Bodoquena	3.4	Japorã	60.3
6	Amambai	20.8	Nioaque	3.3	Amambai	57.9
7	Coronel Sapucaia	18.4	Aral Moreira	2.5	Caarapó	57.3
8	Dois Irmãos do Buriti	17.9	Miranda	2.2	Tacuru	56.0
9	Caarapó	17.0	Iguatemi	1.7	Aquidauana	44.5
10	Douradina	16.1	Juti	1.5	Douradina	41.2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010 – adaptado pelos autores.

Verificam-se na tabela 2 as proporções de população indígena nos municípios de Mato Grosso do Sul, de acordo com a contagem populacional do censo 2010. Japorã, localizado no extremo sul do estado, apresenta maior quantitativo de populações indígenas, sendo 49,4% de sua população constituída por povos indígenas, seguido por Paranhos, em que 35,7% de sua população são constituídas por indígenas.

5. Conclusões e Sugestões

Diante do exposto, foi possível compreender a importância do IBGE, por meio do uso das geotecnologias para evidenciar as dinâmicas populacionais dos povos indígenas, pelo mapeamento e construção de dados no estado de Mato Grosso do Sul. O estudo realizado apontou que os serviços prestados pelos órgãos governamentais são relevantes para que os povos indígenas mantenham suas culturas, tradições e características, além de servir como fonte de dados, base para pesquisas e estudos acerca desses povos, tanto para que as políticas públicas cheguem a essas populações.

Dessa forma, compreende-se que a população indígena no Mato Grosso do Sul possui grande expressão demográfica no país e que as defesas de seu modo de vida são necessárias para a preservação de seus costumes, visto que sua forma de viver, a importância do meio ambiente para os povos indígenas e outros fatores são essenciais para compreensão de suas culturas.

A geografia leva em conta tanto o estudo dos processos diários que ocorrem na superfície terrestre, como as ideias que norteiam as ações humanas, ademais o estudo das interações antrópicas com o meio natural contribui para o conhecimento deste espaço geográfico em questão.

As populações indígenas no Brasil, e especificamente no Mato Grosso do Sul, representam um alto contingente populacional, e, baseado no pensamento de que o homem altera o meio, a essência das proposições de Lefebvre (1992 [1974]) é o espaço social como produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, como suporte para que elas aconteçam.

À vista disso, percebe-se que as alterações dos seres humanos, sendo indígenas ou não indígenas, trazem consequências para o meio natural, e é imprescindível o estudo sobre esses fatores. O IBGE, como fornecedor de dados acerca do território nacional, mapeia a população

indígena, tornando-se possível a proximidade desse órgão com pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, pois se trata de uma relevante fonte de dados.

Portanto, o uso de geotecnologias, pelo fornecimento de dados e a pesquisa, são significativos para a efetivação de políticas públicas, principalmente acerca das populações indígenas, em razão de serem considerados povos minoritários. Contudo, torna-se mister que esses povos necessitam de apoio e atenção conforme sua realidade e dinâmica sociocultural.

6. Referências

Azevedo, M. **Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro**. Revista Brasileira de Estudos de População, 11:235-244, 1994.

Babbie, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.

Brasil. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em 08/05/2018.

Fundação Nacional do Índio: **FUNAI**. 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 12/05/2018.

Fundação Nacional do Índio: **FUNAI**. 2014. 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32?limitstart=0#>; Acesso em: 17/05/2018.

Governo Do Estado Do Parana: **O que são políticas públicas?** Disponível em: <Http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf>; Acesso em: 10 jun. 2018

IBGE: **Institucional**. 2010. 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 09/05/2018.

IBGE: **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 23/06/2018.

Pagliari, H., Azevedo, Mm., And. Santos, Rv. org. **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p.

Penna, T. C. F. Por que demografia indígena brasileira. **Anais** do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3:1571-1583, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais Abep, 1984.

Prezente, L. W. O uso das geotecnologias no ensino da geografia. In.: I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira. III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura. **Anais**. UNIOESTE: Campus Mal. C. Rondon, 2011. Disponível em <http://cac-php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/ENSINO/Artigo47.pdf>. Acesso em 30/07/2018.

Ribeiro, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.